

Começou ontem (3), a 20ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza. Até o dia 1º de junho, devem ser imunizados idosos a partir de 60 anos, crianças de 6 meses a menores de 5 anos, trabalhadores da saúde, professores das redes pública e privada, povos indígenas, gestantes, puérperas, pessoas privadas de liberdade e funcionários do sistema prisional.

Foro só vale para crime cometido no mandato e em função do cargo, decide STF

Por 7 a 4, o STF decidiu ontem (3), reduzir o alcance do foro privilegiado, no caso de deputados federais e senadores, para crimes cometidos no exercício do mandato e em função do cargo, conforme o entendimento defendido pelo ministro Luís Roberto Barroso. Ministros do STF que discordam de Barroso alertam que a decisão da Corte dará margem a múltiplas interpretações e levantará uma série de dúvidas, já que agora caberá a cada ministro, ao analisar um processo, decidir se o caso diz respeito a crime cometido ou não em função do cargo.

Os ministros Alexandre de

Moraes e Ricardo Lewandowski abriram uma divergência parcial, sob a alegação de que o foro privilegiado deveria valer para qualquer tipo de crime cometido pelos parlamentares federais após a diplomação. Já o ministro Dias Toffoli, que tinha aderido inicialmente à posição de Moraes, fez um ajuste no voto e abriu uma terceira via, ao defender a restrição do foro privilegiado não só para deputados federais e senadores, mas para todas as autoridades, também a partir da diplomação ou da nomeação, dependendo do cargo da autoridade.

Toffoli ainda votou para derrubar as normas previstas em constituições estaduais

que preveem foro para autoridades, como secretários de Estado. “Não podemos tão somente restringir o foro aos parlamentares, temos de aplicar essa interpretação a todos que tenham por força da Constituição o foro de prerrogativa”, disse Toffoli. “Nossa decisão proferida suscitará questionamentos sobre a sua extensão ou não a outros detentores do foro por prerrogativa de função”, ressaltou o ministro, que defendeu a aplicação de “isonomia” para os ocupantes de cargos públicos.

O ministro Gilmar Mendes, por sua vez, criticou a restrição do foro privilegiado nos termos defendidos por Barroso e acompanhou o entendimento



Sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) para julgamento sobre a restrição ao foro privilegiado.

de Toffoli. “Como ficam os processos (de políticos) em caso de reeleição? E de assunção a outro cargo (políticos que trocaram cargo)? Como seria possível enquadrar o que seriam crimes em razão do cargo? O tráfico de drogas usando gabinete funcional,

uma investigação de lavagem de dinheiro, como ficariam as medidas investigatórias e cautelares? Poderia o juiz de primeira instância quebrar o sigilo, impor medida cautelar a qualquer autoridade?”, questionou Gilmar Mendes.

“Poderiam os mais de 18

mil juízes do Brasil determinarem busca e apreensão no Palácio do Planalto?”, prosseguiu Gilmar. Durante a leitura do voto, que se estendeu por mais de duas horas, Gilmar destacou que a redução do foro não vai melhorar a justiça criminal (AE).

Temer: “temas difíceis, com muita oposição”

Ao participar de evento em Barretos, o presidente Temer disse que sua gestão tem enfrentado assuntos complicados e, por isso, ganhou opositores. “Nós ousamos fazer, nós enfrentamos temas difíceis, complicados que ganharam naturalmente muita oposição e uma atividade contestatória”, disse. Para Temer, no entanto, a oposição não conseguiu impedir as realizações do governo. “Fomos à frente, continuamos fazendo as reformas fundamentais que fizemos, falta algumas, vamos fazer ainda outras tantas”, completou.

Temer inaugurou o Hospital Notre Dame na cidade, que teve o Centro de Diagnóstico de Imagens batizado com seu nome. Antes, o presidente esteve em Ribeirão Preto, em visita à 25ª edição da Agrishow, feira de tecnologia agrícola mais importante da América Latina e uma das três maiores do mundo.

No evento, o presidente disse, em breve fala, que até agora já foram fechados contratos em



Temer visita a Agrishow, em Ribeirão Preto.

quantidade e valores superiores à feira do ano passado, o que demonstra a confiança no crescimento do país e o bom desempenho do agronegócio.

“Isso significa que a cada ano que passa o Brasil vai crescendo em razão da confiança que se tem no que todos estamos fazendo e pelo trabalho extraordinário da agricultura, do agronegócio, da questão das fábricas de máquinas”, disse (ABR).

Preço médio do cafezinho é de R\$ 3,20

São Paulo - O tradicional “cafezinho” custa, em média, R\$ 3,20 nos estabelecimentos comerciais do País, segundo a Pesquisa do Preço Médio da Refeição 2018, divulgada pela Sodexo Benefícios e Incentivos. O levantamento mostra que 86% dos estabelecimentos servem café, destes, metade oferece o produto como cortesia, sem cobranças.

Segundo a pesquisa, a região Nordeste apresenta o preço mais elevado, com o valor médio de R\$ 3,34, enquanto o Sul apresenta o mais barato, com o valor médio de R\$ 3,16. As regiões Nordeste e Sul também são as que têm o hábito mais presente de consumir a bebida, com 89% e 86% dos estabelecimentos servindo o produto, respectivamente. O preferido dos brasileiros é o café coado, servido em 70% de restaurantes e padarias do território nacional. Segundo a Abic, nove em cada dez brasileiros acima dos 15 anos de idade consomem a bebida (AE).

TSE confirma R\$ 2,5 bilhões de fundo partidário para financiar campanhas

O plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou ontem (3) que os partidos terão ao menos R\$ 2,5 bilhões para o financiamento de campanhas nas eleições deste ano. A confirmação foi feita após consulta do deputado federal Augusto Carvalho (SD-DF), que perguntou se haveria desvio de finalidade ou abuso de poder econômico se uma legenda utilizasse verbas do Fundo Partidário para financiar as campanhas de seus candidatos, mesmo após o Congresso ter criado o Fundo Eleitoral no valor de R\$ 1,7 bilhão para financiar as candidaturas.

O relator da consulta, ministro Tarcísio Vieira, respondeu que “ressalvado o controle quanto ao emprego desse numerário na prestação de contas”, o uso do Fundo Partidário para financiar as eleições “não caracteriza desvio de finalidade



Ministro Tarcísio Vieira, do TSE.

nem abuso do poder econômico”. O orçamento aprovado para o Fundo Partidário neste ano é de R\$ 888,7 milhões, cuja distribuição é proporcional ao tamanho da bancada de cada legenda na Câmara.

Em seu voto, o ministro Tarcísio Vieira descreveu ainda como “dramática” a situação dos partidos após a proibição

das doações para campanhas por pessoas jurídicas. Lembrou que nas últimas campanhas presidenciais foram utilizados mais de R\$ 7 bilhões pelos candidatos, sendo que 95% dos recursos eram oriundos de empresas, e apenas 3% do Fundo Partidário e 2% de pessoas físicas.

No caso de uma consulta, não há votação entre os ministros, mas todos referendaram a resposta do relator. “Havia o financiamento privado, que foi visto como uma técnica muito deletéria, que contaminou o meio político, houve uma cooptação do poder político pelo poder econômico e agora o fundo eleitoral vem suprir isso. À época se tinha fundo partidário mais financiamento privado. Agora tem fundo partidário mais financiamento público”, disse o ministro Luiz Fux, presidente do TSE (ABR).

Secretário nega que governo 'esteja parado'

Brasília - O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, comemorou ontem (3), a “vitória” obtida pelo governo quando o Congresso aprovou a abertura de um crédito de R\$ 1,164 bilhão para cobrir o calote dos governos da Venezuela e de Moçambique junto ao BNDES e ao Credit Suisse. Marun disse que o resultado significou uma “demonstração de vitalidade” dos parlamentares da base aliada e negou que o governo esteja parado.

“Foi uma demonstração de vitalidade da base, uma vitória do bom senso. Foi de goleada”, disse. O pagamento, que vence na terça-feira (8), poderá ser feito graças a um cancelamento, no mesmo valor, na previsão de gastos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com o seguro-desemprego. O projeto agora vai à sanção presidencial.

A abertura do crédito complementar é necessária porque o Fundo de Garantia à Exportação (FGE), vinculado ao Ministério da Fazenda, é o avalista das operações. Marun aproveitou para destacar que a aprovação garante a manutenção das exportações brasileiras



Ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun.

e a credibilidade do País junto à comunidade internacional.

“Isso permitiu que as exportações brasileiras sigam no ritmo acelerado e que o Brasil mantenha credibilidade nacional e internacional”, disse. “A cobrança (de Venezuela e Moçambique) continua, mas o principal era honrar compromissos feitos pelo nosso fundo garantidor, que é o instrumento fundamental para o sucesso das exportações”, explicou.

O ministro negou, no entanto, que o governo esteja parado. “Nada está parado, tudo está sendo discutido”, disse (AE).

Negada liminar para tirar ação de Atibaia de Moro

O ministro do STF, Dias Toffoli, negou ontem (3) um pedido de liminar (decisão provisória) da defesa do ex-presidente Lula para que fosse retirada do juiz Sérgio Moro, a ação penal sobre o sítio em Atibaia. Em seu despacho, Toffoli argumenta que “não vislumbro a apontada ofensa à autoridade do STF”, a justificar a concessão da liminar, que foi pedida em uma reclamação, tipo de processo destinado a assegurar o cumprimento de decisões do STF.

A defesa de Lula havia reclamado que Moro, ao negar a transferência dos autos para a Justiça Federal em São Paulo, afrontou a autoridade da Segunda Turma do STF, que na semana passada determinou a remessa para a capital paulista de trechos sobre Lula e o sítio presentes na colaboração premiada da empresa Odebrecht. O pedido queria a suspensão da ação penal até que fosse pacificada de quem é a competência para investigar o caso.

Toffoli destacou, no entanto, que a decisão da Segunda Turma “não examinou a competência da 13ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária



Ministro Dias Toffoli negou liminar à defesa do ex-presidente Lula.

do Paraná para processar e julgar ações penais que já se encontravam em curso e nas quais o reclamante figura como réu”. Negada a liminar, o caso deve voltar a ser analisado na Segunda Turma do STF, depois que a PGR também der seu parecer.

Nos depoimentos da Odebrecht são mencionadas reformas no sítio em Atibaia, que o MPF diz ter sido entregue a Lula a título de propina, em troca do favorecimento de determinadas empreiteiras em contratos com a Petrobras (ABR).

Lei de proteção de dados para destravar cadastro positivo

Brasília - O debate sobre o projeto do cadastro positivo ganhou um novo caminho para ser destravado. Entidades de defesa do consumidor propõem avançar, em paralelo ao texto que está parado na Câmara, um projeto para proteção de dados. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pediu o encaminhamento para a retomada de um projeto que protege informações dos consumidores em serviços de internet e telecomunicações, entre outros.

“É possível ter o cadastro positivo no Brasil no modelo defendido pelos bancos desde que as regras de proteção de dados sejam aprovadas”, disse o advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Igor Britto. “O consenso fica mais próximo com os dois projetos caminhando junto”. Se as duas iniciativas forem aprovadas, dizem as entidades de defesa do consumidor, os principais problemas relacionados à privacidade dos dados

seriam resolvidos e, assim, seria solucionado o principal problema do atual projeto do cadastro positivo.

O grande desafio será como andar com os dois textos juntos, já que o projeto sobre a proteção de dados nasceu na Câmara e ainda tramita por lá. Portanto, o texto ainda precisa ser apreciado no Senado. Já o cadastro positivo foi aprovado no Senado e espera o aval dos deputados. O projeto, porém, teve alterações e, por isso, também terá de ir ao Senado.

Rodrigo Maia disse ontem (3), que pretende colocar o texto do cadastro positivo para votação na próxima terça-feira (8).. O representante do Idec disse que a afirmação de Maia indica que os textos podem correr em paralelo. “Nesse caso, acredito que poderia ser firmado um compromisso para apreciar o texto da proteção de dados depois”, disse, ao citar que tem resistência a esse modelo e prefere a tramitação concomitante (AE).

“Quando eu era menino, os mais velhos perguntavam: o que você quer ser quando crescer? Hoje não perguntam mais. Se perguntassem, eu diria que quero ser menino”.

Fernando Sabino (1923/2004)
Escritor brasileiro

BOLSAS

O Ibovespa: -1,49% Pontos: 83.288,14 Máxima de +0,02% : 84.562 pontos Mínima de -1,62% : 83.178 pontos Volume: 12,3 bilhões Variação em 2018: 9,01% Variação no mês: -3,28% Dow Jones: +0,02% Pontos: 23.930,15 Nasdaq: -0,18% Pontos: 7.088,15 Ibovespa

Futuro: -1,41% Pontos: 83.785 Máxima (pontos): 85.080 Mínima (pontos): 83.650 Global 40 Cotação: 799,591 centavos de dólar Variação: -0,96%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,5231 Venda: R\$ 3,5236 Variação: -0,79% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,60 Venda: R\$ 3,70 Variação: -0,54% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,5478 Venda: R\$ 3,5484 Variação: +0,17% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,5030 Venda: R\$ 3,6700 Variação: -0,62% - Dólar Futuro (junho)

Cotação: R\$ 3,5320 Variação: -0,83% - Euro (17h32) Compra: US\$ 1,199 Venda: US\$ 1,1991 Variação: +0,29% - Euro comercial Compra: R\$ 4,2220 Venda: R\$ 4,2240 Variação: -0,42% - Euro turismo Compra: R\$ 4,1900 Venda: R\$ 4,3930 Variação: -0,32%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,30% ao ano. - Capital de giro, 9,36% ao ano. - Hot money, 7,1% ao mês. - CDI, 6,39% ao ano. - Over a 6,40%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.312,70 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: +0,54% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 149,000 Variação: +0,67%.